

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM OPERAÇÕES DE PAZ: O CASO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA MINUSTAH DURANTE A ÚLTIMA DÉCADA¹

Jéssica Brandão de Araújo²

Resumo

O objetivo do presente trabalho é fazer uma abordagem sobre a contribuição das mulheres militares em operações de paz, de forma a expor os enfrentamentos de desigualdades de gênero existentes dentro do Exército Brasileiro. Para isso, em um primeiro momento é realizado um levantamento teórico, envolvendo questões de Gênero e Segurança. No segundo momento, o estudo se desenvolve de modo a observar a forma pela qual o Exército Brasileiro, enquanto uma estrutura militar, entende as questões de igualdade de gênero, principalmente porque, ao longo do tempo, esse espaço sempre se mostrou tradicionalmente masculino. Já no terceiro momento, a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) é tomada como base para a análise da participação militar feminina em operações de paz. E por fim, será estabelecida uma relação entre a teoria e o caso brasileiro. Apesar das intenções de diminuição de desigualdades de gênero, ainda há muitos obstáculos a serem enfrentados. Os estudos demonstraram a eficiente participação militar feminina em processos de construção e manutenção da paz, mas isso somente poderá ser alcançado quando houver o estabelecimento de mais oportunidades de inclusão, além também de uma maior abertura de funções a serem desempenhadas por mulheres dentro do Exército Brasileiro.

Palavras-chave: Exército Brasileiro, Segurança Internacional, Gênero e Operações de Paz

Abstract

The objective of the present work is to make an approach on the contribution of military women in peace operations, in order to expose the confrontations of existing gender inequalities within the Brazilian Army. For this, in a first moment is realized a theoretical survey, involving questions of Gender and Security. In the second moment, the study develops in order to observe the way in which the Brazilian Army, as a military structure, understands the issues of gender equality, mainly because, over time, this space has always been traditionally masculine. Already in the third moment, the United Nations Mission for the Stabilization of Haiti (MINUSTAH) is taken as the basis for the analysis of women's military participation in peace operations. And finally, a relationship will be established between theory

¹ Artigo apresentado à Universidade Federal de Uberlândia (UFU), no dia 04 de dezembro de 2018, como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Prof.^a M.^a Lara Martim Rodrigues Selis.

² Discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

and the Brazilian case. Despite intentions to reduce gender inequalities, there are still many obstacles to be faced. The studies have demonstrated the efficient participation of women in military construction and peacekeeping processes, but this can only be achieved when more opportunities for inclusion are established, as well as a greater opening of functions to be performed by women within the Brazilian Army .

Keywords: Brazilian Army, International Security, Gender and Peacekeeping Operations

Introdução

Durante todo o contexto histórico das instituições militares, é possível perceber que este espaço é compreendido por elementos ligados à violência, às armas e à guerra. Deste modo, muito por causa dos valores, discursos e práticas que vieram a ser construídos na sociedade, é nítido que os elementos colocados anteriormente estão sempre associados à predominância do masculino. Como de tradição, as Forças Armadas se inserem nesse sentido, sendo, de fato, uma instituição considerada tradicionalmente masculina, na qual o padrão de desempenho masculino ainda dita a formação das mulheres neste âmbito.

É na década de 80 que acontece a entrada das primeiras mulheres na Marinha, no entanto, apesar de estarem ganhando um maior espaço neste campo, não se pode negar que elas tiveram que passar por várias dificuldades. Quanto à Aeronáutica, as primeiras mulheres a ingressarem nesse âmbito participaram do Curso de Formação de Oficiais Aviadores, no ano de 2003. Já com relação ao exército, no ano de 1992 ocorreu a formação da primeira turma de mulheres oficiais da Escola de Formação Complementar do Exército de Salvador (GIANNINI, FOLLY, LIMA, 2017).

No caso do Brasil, as Três Forças Armadas acabam se diferenciando quanto à função que as mulheres exercem. Historicamente, elas ocupavam somente postos em áreas como a logística, saúde e administração, mas algumas mudanças começaram a ocorrer com o passar dos anos. No ano de 2016, as mulheres representaram 8% do efetivo total das Forças Armadas do Brasil. Do total são 25.507 militares do sexo feminino, sendo que 30% representam a Marinha, 39% na Aeronáutica e 32% no Exército (GIANNINI, FOLLY, LIMA, 2017).

Porém, mesmo após ter aumentado o número de mulheres, além das tentativas de diminuição de diferenças de gênero, é especificamente no caso do Exército que elas ainda

continuam sendo proibidas de atuarem em determinadas funções, sendo que ainda não existe uma data estimada para que haja uma abertura total do Exército para as mulheres. No ano passado, o Exército começou a planejar o ingresso das mulheres na Linha do Ensino Militar Bélico, porém, apesar desse fato, ainda assim parece haver grandes obstáculos para que as mulheres possam alcançar uma igualdade de gênero. É exatamente por esse motivo que o debate sobre as questões de gênero dentro dessa instituição tem ganhado força nas últimas décadas.

Desde a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), um dos seus principais objetivos é fazer a manutenção da paz e da segurança internacional. A operação de paz é uma ferramenta elaborada pela Organização, e tem como finalidade a de ajudar países que estão vivendo situações de conflito, a fim de que os mesmos possam alcançar uma paz duradoura. A primeira operação foi realizada em 1948, na qual houve o envio de militares da ONU para o Oriente Médio para que vistoriasse o Acordo de Armistício entre Israel e países vizinhos. Após isso, 63 operações de paz foram estabelecidas até os dias de hoje (NAÇÕES UNIDAS, 2018).

No período da Guerra Fria, as operações de paz da ONU eram voltadas para manutenção de cessar-fogo e para diminuição de tensões sociais. Depois do fim da Guerra Fria, as operações começaram a envolver as tarefas “multidimensionais”, ou seja, são vários tipos de atividades que ajudam a instaurar governos, acompanhar o cumprimento dos direitos humanos, auxiliar no desarmamento, etc. Sobre a presença de tropas da ONU, esta possibilita o apoio e a segurança da população de um determinado local, evitando que haja a continuidade dos conflitos, e assegurando que os processos de paz possam permanecer no pós-conflito (NAÇÕES UNIDAS, 2018).

O Brasil vem desempenhando um significativo papel no cenário das operações de paz sob à égide das Nações Unidas. No início, o Brasil contribuiu com diplomatas e observadores militares na Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs (UNSCOB). O primeiro envio de tropas à um país estrangeiro aconteceu em 1956, quando o Brasil contribuiu juntamente com a Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF) para evitar conflitos em egípcios e israelenses e colocar fim à Crise de Suez (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2016).

O Brasil também assumiu tarefas de coordenação e comando militar de duas importantes operações, que foram a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) e a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH).

É nos anos 2000 que as mulheres começaram a se inserir nos contingentes brasileiro com destino às operações de paz. A primeira delas foi ao Timor Leste no ano de 2003 (HAMANN, 2015). Atualmente, é possível encontrar mais mulheres desempenhando funções em organizações militares operacionais e em missões de operações de paz, mas ainda assim é um número limitado, e há problemas quanto ao investimento em mais treinamento para as mulheres.

Em 1995, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre as Mulheres, na qual a ONU discursa pela igualdade de direito entre homens e mulheres, impulsionando a ideia de gênero. Ademais, as operações de paz da ONU destacavam agora a participação das mulheres nos processos de paz, que a partir de então não se tratavam apenas como um elemento de mediação de conflitos, mas de reconstrução de países, e é exatamente neste terreno que se torna provável as abordagens acerca das relações masculinas e femininas (MATHIAS, 2008).

O Conselho de Segurança da ONU demonstra grande preocupação quanto ao elevado número de casos envolvendo violência sexual no mundo, e por isso solicita um aumento de envio de mulheres para operações de paz, no sentido de contribuir para prevenir esses casos, pois com as situações de conflitos, as mulheres e as crianças acabam sendo a parte da população que menos possuem recursos para se proteger, e uma tática de guerra muito usada contra elas é a violência sexual. A comunidade internacional assegura que a participação das mulheres militares em operações de paz é fundamental para alcançar e manter a paz. É atestado que as mulheres são agentes de mudanças (NAÇÕES UNIDAS, 2018).

Nos anos 2000, o Conselho de Segurança da ONU aprova a Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança, que além da solicitação para que mais mulheres estejam presentes em processos de construção de paz (para ajudarem a resolver os conflitos sem fazer o uso da violência), elas possam ter mais proteção contra a violação de direitos humanos, e alcancarem a justiça com vistas à eliminação de discriminações de gênero (NAÇÕES UNIDAS, 2018).

Sendo assim, dado esse histórico, os principais problemas a serem investigados no trabalho se dão pelas seguintes questões: Como o Exército brasileiro tem lidado com as questões de igualdade de gênero? O que poderia ser alterado nas dinâmicas do exército, caso houvesse mais mulheres participando em missões internacionais?

Para responder a essas perguntas, o trabalho busca fazer um levantamento teórico, tendo como teoria base a de Cynthia Enloe que trabalha com questões de gênero e segurança. Em um segundo momento, por meio do método histórico, o estudo se volta para analisar a

trajetória feminina no Exército Brasileiro, no sentido de verificar como são feitos os tratamentos em torno do tema de gênero. Em terceiro, o objetivo é investigar como tem sido a participação feminina no âmbito da MINUSTAH. E, por fim, o último ponto se volta para uma análise crítica, que será realizada por meio de uma relação entre a teoria-base e os resultados apresentados.

2. Gênero e Segurança

Cynthia Enloe é uma teórica feminista muito conhecida por seus trabalhos envolvendo gênero e militarismo. Em sua obra *“Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics”*, a autora traz o enfoque acerca da construção do sentido feminista na Política Internacional. Essa construção envolve uma certa curiosidade sobre a vida das mulheres. Sejam elas empregadas domésticas, ativistas do direito das mulheres, esposas de diplomatas, refugiadas, mulheres soldados, etc., suas histórias precisam ser investigadas de forma cuidadosa.

Para tornar útil o sentido feminista da política internacional, é necessário que se avance para os lugares “privados” e “domésticos”. Além da curiosidade sobre a vida das mulheres, também é preciso verificar como as masculinidades e feminilidades são moldadas na política internacional, o que exige complexas reflexões acerca dos abusos que vieram a ser realizados. Para entender tudo isso, é indispensável a existência de um interesse frente às histórias de vidas reais de diferentes mulheres (ENLOE, 2014).

É com a pergunta *“Onde estão as mulheres?”* que se tenta descobrir o funcionamento do mundo. Isto é, o aprofundamento do estudo feminista se move pelo propósito de revelar ideias, relacionamentos, e políticas que dependem desse funcionamento (muitas vezes desiguais) de gênero (ENLOE, 2014). A investigação curiosa do funcionamento de gênero da política internacional inclui tornar o poder visível, poder este que se manifesta em suas inúmeras formas. Enloe enfatiza que fazer essas descobertas pode ser um pouco desconfortável.

É essencial ter em mente os significados de masculinidade e feminilidade, e só assim será possível verificar onde as mulheres estão e o que elas pensam sobre estar naquele determinado local. Levando isso em conta, questiona-se então quais as formas que o poder assume, quem o impõe, o modo de como as relações de poder podem se mascarar, quem

ganha com essa forma de poder infundida no gênero, e os desafios dessas formas de poder (ENLOE, 2014).

Assim como nas políticas do turismo, nas ideias do nacionalismo, na diplomacia, etc., a autora também vai questionar onde estão as mulheres ao redor de uma base militar, como elas conseguiram chegar até lá, quem se beneficia por elas estarem onde estão, e talvez o mais essencial, o que cada mulher pensaria sobre estar próxima ou até mesmo inserida em uma base militar (ENLOE, 2014). De modo geral, as bases militares precisam de várias mulheres para poder funcionar. Há mulheres que vivem dentro das bases; há mulheres que vivem fora, e existem aquelas mulheres que moram longe, mas que podem manter algum tipo de contato com os homens da base. Enloe nos fala que prestar atenção à essas mulheres, faz com que tenhamos mais conhecimento sobre a política internacional das bases militares (ENLOE, 2014).

O país que mais possui bases militares fora de suas fronteiras é os Estados Unidos. Enloe cita em sua obra um exemplo sobre a ilha de Guam, que se localiza no Pacífico, e é um dos lugares mais militarizados do mundo, devido à multiplicação do exército dos Estados Unidos na área. A pouca atenção dada em relação aos homens e às mulheres que lá vivem ressalta a realidade da política internacional de gênero da maior parte das bases militares, ou seja, as operações dessa base dependem das dinâmicas particulares entre os homens e as mulheres (ENLOE, 2014).

É a partir do final do século XX que as bases militares começam a se expandir para o exterior. Cada uma dessas bases foi e continua sendo relacionadas ao gênero. Inseridos nas bases, cada um dos homens e mulheres possuem relacionamentos que se estendem para além de seus domínios, e que afetam os pensamentos e o modo de agir dos mesmos. Mesmo que uma base se encontre longe das cidades locais, elas conseguem moldar as concepções de gênero, modernidade, segurança e cidadania da população local. Sendo assim, é possível afirmar que o funcionamento das bases depende das ideias e das práticas de masculinidades e feminilidades, além também dos relacionamentos particulares, sejam eles intencionais ou não, entre os diferentes homens e mulheres (ENLOE, 2014). Geralmente o comandante de uma base, juntamente com os seus superiores que não se encontram na base, elaboram e determinam regras que reforçam a ideia de uma valorização da masculinidade, e uma feminilidade apropriada, com vistas a controlar o convívio diário entre mulheres e homens.

Sendo a base de um exército estrangeiro ou uma base militar local, qualquer uma delas tem um caráter militarizado, não somente porque integra os soldados, mas é militarizado na medida em que a maioria das decisões é apontada para um objetivo principal, ou seja, o quanto uma regra ou prática imposta atende às prioridades militares – não às prioridades ambientais, democráticas, de justiça racial, nacionais de desenvolvimento ou até mesmo de direito das mulheres. Todas as regras, práticas e arranjos militarizados tem como finalidade além de uma boa instalação de seus soldados, marinheiros e pilotos; uma operação bastante eficiente das forças armadas daquele determinado país (ENLOE, 2014).

Pode acontecer de uma base ser responsabilizada pelas autoridades civis por cumprir outros objetivos que não sejam militares, porém isso muitas vezes não acontece na prática. Ao passo que as autoridades civis se tornam militarizadas, começa-se a notar que os objetivos da base militar também servem aos seus próprios interesses.

A autora ainda destaca a necessidade de uma investigação feminina sobre políticas que são planejadas para sustentar uma base militarizada. Todavia, isso requer uma exploração no interior dessas políticas, avaliando, portanto, as suas intenções sobre as ideias de gênero. No tópico “*Base Women*”, Enloe cita alguns tipos de políticas. Como exemplo, pode-se citar a política de habitação, políticas de doenças sexualmente transmissíveis, políticas de casamento, de sexualidade, políticas ambientais, de policiamento, agressão sexual, cuidados de saúde, de violência doméstica, etc (ENLOE, 2014).

Essa listagem são só algumas das políticas militares que tem como objetivo, de um lado, moldar as masculinidades e feminilidades, e de outro, desenhar as interações entre homens e mulheres que estão inseridos em uma base militar, ou em torno das mesmas. Administrar uma base militar demanda o gerenciamento de várias relações de gênero. Essas políticas de modo geral colocam os diferentes grupos de mulheres em um local já predeterminado, para garantir assim que a base tenha sucesso em suas operações militares. Entretanto, as mulheres de dentro e as que estão em volta de uma base militar não devem ser vistas de forma homogênea. Essas políticas que tem o propósito de monitorar essas mulheres, precisaram ser modificadas de acordo com as diferenças existentes (ENLOE, 2014).

Tomando como exemplo as bases militares dos Estados Unidos, o grupo de mulheres é bastante diversificado: jovens, solteiras, brancas, asiáticas, negras, latinas, mulheres mais velhas, esposas de oficiais, esposas de homens alistados, mulheres da enfermagem, mães solteiras, mulheres da base e fora da base, funcionárias, etc. Algumas das políticas básicas tem

o propósito de assegurar que mulheres diferentes não se unam a uma causa comum. Essas políticas regularmente tiveram sucesso (ENLOE,2014).

No entanto, os oficiais militares têm mudado as formas de gênero, as ideias sobre soldados, masculinidades, etc. E isso tudo acontece porque as políticas foram se ajustando, devido à um maior conhecimento das mulheres sobre a si mesmas, os seus direitos, os seus objetivos e interesses pessoais. É por isso que nenhuma base militar até hoje não teve políticas de gênero bem definidas, ou fixadas por um longo tempo.

Algumas considerações sobre o fechamento de bases militares nos países também precisam ser levadas em conta. Enquanto esse fechamento pode ser considerado uma comemoração para uns, pode ser motivo de insegurança para outros. Algumas pessoas acreditam que as bases militares têm uma grande importância para o bem-estar social, e, portanto, o seu fechamento seria um motivo de preocupação quanto à segurança. Já para outros, o fechamento de uma base estrangeira é visto como uma vitória rumo à desmilitarização e soberania do país. Sendo assim, o que tem de relevante nessas considerações é a questão da normalidade, pois é a mesma que sustenta uma base militar, e também é a mesma que preserva todas as ideias de masculinidade e feminilidade (ENLOE, 2014).

Levando-se em conta que o convívio entre homens e mulheres, locais e estrangeiros, não está sendo bem-sucedido, as bases militares começam a perder a sua normalidade de aparência protetora. Um escândalo sexual, por exemplo, desmascara uma base, revelando como acontece a sua dinâmica que antes era invisível. Porém, Enloe diz que não é necessário que nada disso aconteça. A análise de gênero em uma base pode ser realizada em tempos de normalidade. Essa normalidade é sempre algo mais interessante para uma investigação feminista (ENLOE, 2014).

Em qualquer base militar, seja esta uma base local ou estrangeira, existem formas de masculinidade que são sustentadas. Os sargentos, em geral, geralmente são os principais moldadores e aplicadores da masculinidade militarizada desejada. Esse modo de masculinidade militarizada tem característica baseadas na dureza, tanto na questão do uso da violência, quanto na forma de tratar um inimigo, no companheirismo masculino, na submersão das emoções, e na disciplina (ser disciplinado e exigir disciplina).

Vale destacar também o papel que muitos outros atores podem exercer no sentido de moldar e, por conseguinte, estimular alguns atos e comportamentos masculinos militarizados.

Esses atores podem ser os comandantes, psiquiatras das bases militares, os oficiais de nível mais baixo, e até mesmo as esposas dos militares. De fora das bases, também existem atores que contribuem para esse processo, que podem ser tanto os pais daqueles fazem parte da base, quanto às pessoas ligadas ao Estado, à mídia, etc. (ENLOE, 2014).

Ainda para a autora, não existem uma forma universal de masculinidade militarizada. O sustento desse molde diverge de país para país. Como por exemplo, as regras de masculinidade militarizada de alguns países podem ser aplicadas tendo em vista as operações de paz, outras seguem em direção às missões humanitárias, e ao aperfeiçoamento do desempenho dos combates (ENLOE, 2014).

Sendo assim, Enloe sugere uma observação entre as diferenças e semelhanças das formas de masculinidade que são instituídas e privilegiadas nas bases militares de cada país, pois cada uma dessas normas de masculinidade militarizada é executada para atingir um certo fim, e elas são determinadas de acordo com o tipo de operação a ser realizada, seja no âmbito doméstico ou no âmbito externo (ENLOE, 2014).

Uma mulher militar precisa estar atenta à essas questões para conseguir entender o tipo de masculinidade que é privilegiado na base militar da qual ela faz parte. É importante ter uma compreensão sobre o assunto, pois saber disso pode tornar a vida dessas mulheres mais gratificante e segura. Não procurando saber, tanto a sua segurança física, quanto a sua carreira militar podem estar em risco.

É fato que de todo o pessoal militar, as mulheres são quase sempre uma minoria em qualquer base, da maioria dos países. Tendo muitos governos se ajustando ao fim da Guerra Fria, acabando com o fim do recrutamento masculino, algumas maneiras foram criadas pelo Departamento de Defesa e Poder Legislativo, a fim de aumentar o número de mulheres recrutadas, porém sem prejudicar a visão de que se tem sobre as bases como um local pelo qual um homem pode provar a sua masculinidade (ENLOE, 2014).

Com o aumento do interesse feminino nas Forças Armadas dos Estados Unidos nas últimas décadas, o Departamento de Defesa começou a abrir de forma gradual, e com pouca vontade, mais funções militares para as mulheres. As feministas americanas têm investido em todos os recursos possíveis com o objetivo de confrontar com sexismo existente dentro das Forças Armadas. (ENLOE, 2014). Desde a década de 1990, houve diversas barreiras quanto ao treinamento militar feminino. Além do mais, em 2013, o Pentágono (sede do Departamento de Defesa), proibiu as mulheres de desempenharem papéis de combate.

Enquanto isso, as Forças Armadas de países como Canadá, Austrália e Nova Zelândia já estavam à frente dos Estados Unidos na questão de abolir as proibições sexistas contra as mulheres militares, principalmente na função de combate. A possibilidade de abertura do campo de combate para as mulheres militares americanas é ainda uma história a ser contada. Para Enloe, a tentativa de modificar as regras formais de qualquer instituição é somente o início de uma transformação de gênero, apesar de que não se pode afirmar com a total certeza que a cultura dessas instituições pode-se tornar menos patriarcal do que antes (ENLOE, 2014).

Mesmo com a diminuição da barreira sexista para a entrada de mulheres nas Forças Armadas, houve um aumento dos relatos de agressões sexuais por homens militares contra mulheres e outros homens militares:

Algumas analistas feministas perguntaram-se em voz alta se o aumento da denúncia de violência contra as mulheres dentro das Forças Armadas americanas foi, pelo menos em parte, resultado do aumento das proporções de mulheres e de suas subidas e movimentos nas ocupações mais masculinizadas das Forças Armadas (ENLOE, 2014, p. 153).

Assim como em outras áreas da sociedade, alguns homens se mostraram incomodados com o avanço das mulheres frente às funções que até pouco tinham sido fortemente masculinizadas. Alguns até chegaram a se referir às mulheres como “intrusas”. Algumas feministas chamam a atenção para o aumento dos relatos de violência contra as mulheres. Elas expõem que muitas mulheres soldados de tempos atrás sofreram estupros ou até mesmo foram vítimas dessas tentativas. Porém muitas delas permaneceram em silêncio, principalmente para manterem a sua própria segurança. Sendo assim, independente de qualquer campo da política internacional, é necessário prestar atenção aos silêncios. Essa questão é uma estratégia investigativa muito importante.

No ano de 2013, foi organizada uma campanha nacional pelas mulheres ativistas, que contou com a presença de mulheres militares, feministas civis, jornalistas, documentaristas e mulheres que fazem parte do Congresso. O objetivo dessa campanha era confrontar com o Departamento de Defesa, e juntos eles colocaram no centro das atenções as academias militares e trataram sobre algumas bases militares em particular. Além disso, forçaram a Veteran’s Administration a ampliar a sua percepção sobre os seus serviços, que eram voltados apenas para os veteranos homens (ENLOE, 2014).

As pressões impostas sobre o Departamento de Defesa fizeram com o mesmo publicasse um relatório sobre a incidência de agressões sexuais. De acordo com as pesquisas, no ano de 2011, cerca de dezenove mil mulheres militares foram agredidas sexualmente pelos militares homens. Já no ano de 2012, o número passou para vinte e seis mil. A maior parte dessas mulheres relataram que teriam sido atacadas pelos militares, e a maioria deles sendo os superiores. Durante esse período, a porcentagem de homens ativos nas Forças Armadas era de 85%, enquanto que as mulheres eram de 15%, e que apesar dessa porcentagem, elas haviam sido agredidas de forma desproporcional. Nas Forças Armadas, as mulheres estão bem mais propensas de sofrerem algum ataque sexual pelos militares. A maior parte dos homens e mulheres que foram vítimas das agressões sexuais não denunciaram. As vítimas masculinas relataram que as mulheres que falaram sobre os estupros fizeram com que as mesmas se tornassem mais encorajadas no sentido de superar os traumas sofridos (ENLOE, 2014).

Enloe também destaca sobre as ações realizadas pelos companheiros dos soldados. Durante missões internacionais de manutenção de paz, muitas vezes os soldados correspondem às insinuações homofóbicas dos colegas dentro ou fora das bases para provar a sua masculinidade. Não obstante, apesar de que esse soldado possa estar pensando nele mesmo, a fim de fortalecer a sua virilidade, as tentativas de compensar a insegurança de sua identidade masculina contribuem para modelar e sustentar as relações de poder entre os militares e a sociedade que deveriam estar sendo protegidas. Além disso, as suas ações só corroboram para um dos pilares cruciais das relações políticas internacionais militarizadas atuais, que é a masculinidade heterossexualizada (ENLOE, 2014).

Na teoria, a visão que se tem é a de que a hierarquia militar é a que está melhor habilitada para dar seguimento aos processos de investigação, julgamento e punição de seu próprio pessoal. Porém, na prática, esse “muro” que tornava invisível o que de fato acontecia no plano superior dessas bases militares, começou a se desmoronar. Duas questões frequentemente relacionadas foram pouco investigadas, no sentido de ações que poderiam prevenir e responsabilizar os executores da violência sexual dentro das Forças Armadas. Em primeiro lugar, quais seriam as ligações causais entre a violência sexual cometida por homens contra mulheres dentro do exército, e a violência sexual cometida por militares contra mulheres civis que vivem em torno das bases militares (domésticas ou estrangeiras)? E em segundo lugar, como os homens das Forças Armadas aspiram as ideias masculinizadas de que

as mulheres podem ser usadas para confirmar e preservar a sua própria masculinidade? (ENLOE, 2014).

Assim, Enloe destaca que as duas questões estão proporcionalmente relacionadas, ou seja, responder uma delas ajudará a pensar na outra. Nas Forças Armadas, a violência sexual é muitas vezes tratada como um assunto doméstico, porém vai muito além disso. A realidade é de que se trata de uma dinâmica da política internacional. Analisar uma base militar levando-se em consideração somente as suas questões estruturais e seus objetivos de missão é subestimar todo o poder que existe em sua administração, e todos os princípios e as políticas que a sustentam. A normalidade é uma forma de sucesso vista não somente pelos comandantes e seus superiores, mas por toda a sociedade civil, de forma que eles enxergam essas bases como algo bom para os seus cidadãos, garante a segurança e o bem-estar. No entanto, essa normalidade não significa igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. A maior parte das bases funcionam sem nenhum problema. Ademais, a política internacional vai mais além das crises e escândalos. Na normalidade, o poder pode se dissipar sem ser visto e questionado, e é um momento que serve também para reforçar as relações patriarcais existentes (ENLOE, 2014).

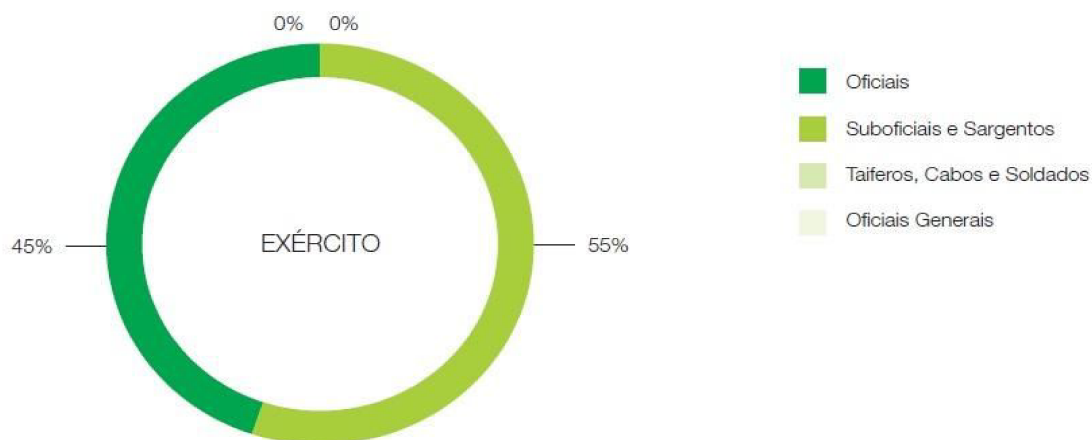
3. Caso Brasileiro

3.1. Questões de gênero no Exército Brasileiro

Como foco do presente trabalho, faz-se necessário um maior aprofundamento sobre as questões de gênero dentro no Exército Brasileiro, que sempre foi considerado como um espaço exclusivamente masculino. Com o aumento das relações de gênero, houve também uma redefinição das instituições militares, principalmente devido ao aumento do efetivo de mulheres. A participação feminina nas tarefas militares no início ocorreu em apenas alguns momentos históricos de guerra, apesar de que essa era uma atividade tradicionalmente masculina.

Como visto no gráfico abaixo, no Exército Brasileiro, a porcentagem de mulheres subtenentes/suboficiais e sargentos é de 55%, enquanto que 45% ocupam o cargo de oficiais:

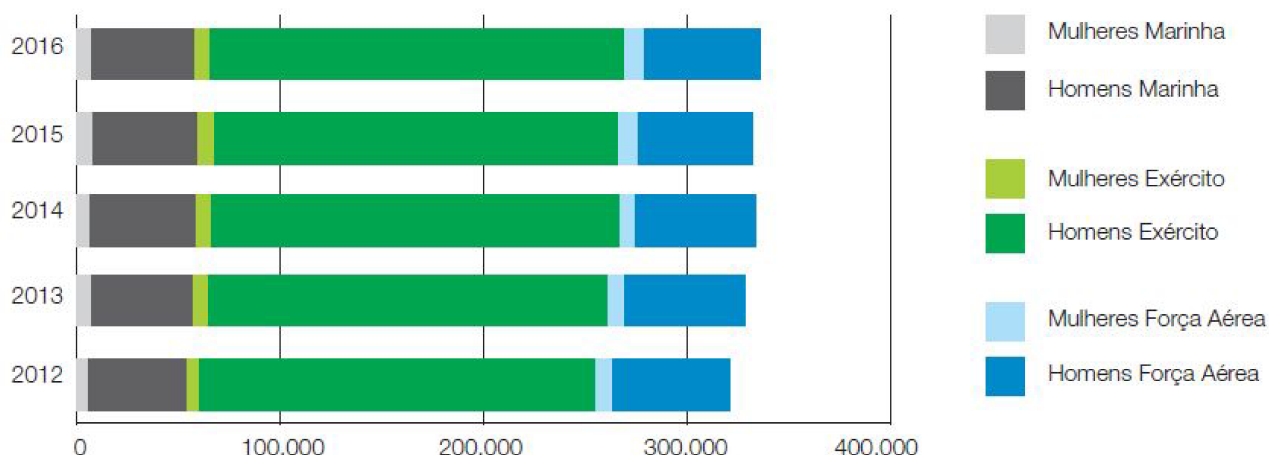
Gráfico 1. Participação das mulheres no Exército Brasileiro (2016)



Fonte: Situações Extraordinárias: a entrada de mulheres na linha de frente das Forças Armadas (2017).

Nas Forças Armadas em geral, entre os anos de 2012-2016, houve um aumento do efetivo feminino, devido à vigência da Lei nº 12.705, de 2012 que solicita a inserção de mais mulheres em academias militares. Esse aumento aconteceu especialmente nos postos de sargento, no qual o ingresso não exige necessariamente uma passagem pelas academias de formação.

Gráfico 2. Efetivo das Forças Armadas do Brasil, por sexo (2012 -2016)



Fonte: Situações Extraordinárias: a entrada de mulheres na linha de frente das Forças Armadas (2017).

No ano de 2017, a Revista Verde-Oliva pertencente ao Exército Brasileiro publicou uma matéria sobre a trajetória da mulher, contando como foi o processo de abertura de espaço para as mulheres nesse campo até o seu recente ingresso na Linha de Ensino Militar Bélico. É

com Maria Quitéria de Jesus Medeiros, em sua atuação na Guerra da Independência no ano de 1823, que há o marco da presença feminina nas Forças Armadas.

Seguindo esse mesmo exemplo, na Segunda Guerra Mundial, as mulheres brasileiras são conduzidas ao cargo de enfermeiras. Já no início da década de 1990, cerca de 52 mulheres são inseridas no Quadro Complementar de Oficiais (QCO). Alguns anos mais tarde, o Serviço Militar Feminino Voluntário é ampliado para outras áreas da saúde, como medicina, odontologia e farmacêutica. Além disso, em 1998, foi criado o Estágio de Serviço Técnico para profissionais como advogadas, administradoras de empresas, professoras, engenheiras, arquitetas, etc (VERDE-OLIVA, 2017).

Partindo para os anos 2000, foram criados concursos públicos para preencher mais vagas no Curso de Sargento de Saúde. Mais recentemente, no ano de 2017, o Exército brasileiro tem um marco relevante, no qual se prepara para inserir mulheres na Linha do Ensino Militar Bélico. A última Legislação sobre a entrada nos cursos de formação de militares de carreira não é significativo somente para o Exército Brasileiro, mas também para a sociedade do país em geral, pois a mesma determina novas atribuições para as mulheres no desenvolvimento nacional (VERDE-OLIVA, 2017).

Com a integração de mais mulheres na linha bélica, haveria então uma ruptura das barreiras impostas, e posteriormente uma ampliação dos seus direitos, que até pouco eram recusados no âmbito militar, possibilitando dessa forma que essas mulheres pudessem ocupar funções historicamente masculinas, além de que esse seria um passo para o avanço da igualdade de gênero (VITA; DIAS, 2017).

Além disso, a introdução da mulher na linha bélica se volta para a principal finalidade do Exército que é o combate. Com o passar do tempo, as mulheres e homens teriam que lidar com todos os riscos da carreira militar, sem nenhuma discriminação de gênero. Além também da questão da mobilidade geográfica, da necessidade da disponibilidade, deve-se também uma maior atenção à força física, tendo em vista que esses parâmetros se aproximam dos mesmos atribuídos ao sexo masculino (VERDE-OLIVA, 2017).

Dessa forma, a revista Verde-Oliva aparece com o intuito de mostrar os esforços do Exército Brasileiro ao longo de décadas ao tentar inserir cada vez mais as mulheres nesse campo, ao mesmo tempo em que tenta também diminuir as diferenças de gênero nas atividades do cotidiano.

O Exército Brasileiro também conta com um Curso de Extensão Cultural da Mulher, estabelecido pelo Gabinete do Comandante do Exército, no qual tem como finalidade uma melhor aproximação entre as mulheres militares e as esposas de militares, possibilitar uma melhor qualidade de vida às famílias de militares, além de também promover uma inter-relação entre a Instituição militar do Exército Brasileiro e as mulheres que estão envolvidas com o mesmo de alguma forma (VERDE-OLIVA, 2017).

Nessa edição especial da revista Verde-Oliva, também há relatos de várias mulheres que fazem parte do Exército Brasileiro. Algumas expõem que os seus anos de estudos de conhecimento técnico e preparo militar levaram à uma igualdade de gênero em suas funções. Outras mulheres, quando questionadas sobre a vaidade feminina, elas dizem que essa questão não deixa de existir, porém precisa estar adequada ao que o regulamento militar permite. Já quem trabalha na área da psicologia dentro dessas instituições, destaca situações de perigo, como por exemplo, as mulheres precisavam se deslocar frequentemente para diversas unidades nas quais não havia uma boa infraestrutura (inexistência de banheiros femininos). No entanto, com o passar do tempo, a credibilidade das mulheres aumentou e elas conseguiram mudar certas mentalidades existentes nessas estruturas (VERDE-OLIVA, 2017).

Outras histórias dessas mulheres é a de que as mesmas nunca contaram sobre as dificuldades enfrentadas no âmbito militar para suas famílias, evidenciando somente a parte mais nobre da vida militar. Ainda existem aquelas que acreditam que não existe essa questão de gênero, ou seja, elas conseguem entrar nessas instituições, ganhar espaço e respeito pela sua competência. E por fim, ainda tem quem acredite que o problema está no discurso, e não no gênero, no sentido de que a mesma diz nunca ter sido discriminada por ser mulher, mas por sua função como psicóloga, que ocasionava atitudes diferentes por parte dos militares (VERDE-OLIVA, 2017).

Apesar dessa edição da revista ter como foco o avanço da inserção das mulheres na Linha do Ensino Militar Bélico, e demonstrar a todo o momento as tentativas de igualdade de gênero, algumas preocupações precisam ser consideradas nesse sentido, como é por exemplo com a questão da mudança de cultura. Um servidor do Ministério da Defesa, no ano de 2017, que não teve a identidade revelada aponta que os militares brasileiros, mesmo com todo o progresso existente, ainda acreditam que as mulheres não possuem condições para apoderar-se das armas combatentes. Para ele, atualmente há várias mulheres em posições de comando e

linha de frente em várias partes do mundo, porém o Brasil ainda é um país que possui uma visão ainda muito conservadora (LAMBERT, 2017).

Além do mais, percebe-se que o Exército não possui um bom preparo para acolher as mulheres. Medidas logísticas foram feitas, como as reformas dos banheiros e dos prédios, porém não houve um treinamento cultural dos professores das escolas de ensino bélicos, além de que falta o estabelecimento de instituições que tenham como foco principal a resolução de problemas envolvendo por exemplo, casos de denúncias de assédio sexual contra as mulheres (LAMBERT, 2017).

Quando questionados, o Exército Brasileiro salienta que o campo sempre esteve aberto para as mulheres, e que as mesmas sempre foram tratadas com respeito dentro da instituição. Ademais haveria sido feita realmente algumas reformas, além também da admissão de professores que melhor auxiliariam na formação das mulheres, mas o mesmo também confirma que não existe um órgão dentro do Exército que trate de forma efetiva sobre os problemas que envolvem especificamente militares do sexo feminino (LAMBERT, 2017).

A autora Cristina Silva entende que a questão da valorização do trabalho das mulheres está fortemente introduzida no Exército Brasileiro a partir de três dinâmicas: o “ser mulher” se impõe sobre o “ser militar”; a mulher se aproxima mais da realidade militar quando a mesma tem uma maior semelhança com um homem; e o reconhecimento, por mulheres, do militarismo como sendo um lugar masculino, e simultaneamente admitindo que atitudes femininas podem trazer mudanças positivas (PASSOS,2013).

A primeira ideia envolve um tratamento diferente em relação às mulheres, que pode ser de forma educada em um determinado momento, e preconceituoso em outro momento. Essa questão envolve as atitudes de cavalheirismo dos homens para com as mulheres. Olhando por um lado, esses comportamentos podem simular boas atitudes, mas não é o que realmente acontece. Para Silva, esse tipo de relação entre homens e mulheres comprovam a divisão social dos papéis sexuais. Também há uma grande exigência em relação às mulheres por elas serem vistas como o “sexo frágil”, além também de impor atividades sobre elas que tem como finalidade reforçar a sua fraqueza, seja ela física, psicológica ou emocional (PASSOS,2013).

A segunda dinâmica se volta à ideia de que a mulher precisa adquirir características masculinas, com o objetivo de ser vista com mais seriedade perante aos colegas militares do sexo masculino. Ser vista como mulher significa que ainda falta algumas particularidades para

ser notada realmente como uma militar. Sendo assim, a igualdade entre homens e mulheres só é adquirida no momento em que a mulher se torna semelhante ao homem na visão masculina (PASSOS, 2013).

Por fim, a terceira dinâmica se refere ao entendimento de que as mulheres têm acerca de que a instituição militar ainda é engessada por um arranjo paternalista, e que a mulher é a que se apresenta com mais “sentimento” e “versalidade”, e dessa forma, ela conseguiria diminuir a rigidez do militarismo, além de procurar soluções mais sábias do que os homens (PASSOS, 2013).

3.2 Brasil em operações de paz no Haiti

O Brasil participa de missões da ONU há sete décadas. Essas missões foram marcadas por quatro fases³. A última fase que vai de 2000-2017 é a mais importante dessa história, devido à uma maior dimensão dos contingentes brasileiros e suas funções estratégicas. Essa fase integra duas missões importantes: a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) e a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH).

A Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) foi elaborada pelo Conselho de Segurança da ONU no ano de 2004, e teve como objetivo o de restaurar a ordem no Haiti, que se encontrava em um princípio de insurgência após a queda do presidente Jean-Bertrand Aristide (G1, 2017). Os primeiros objetivos da missão era estabilizar o Haiti, promover a pacificação, desarmar os grupos guerrilheiros e rebeldes, propiciar eleições livres, além de ajudar na reconstrução e no desenvolvimento institucional e econômico no Haiti.

Com o presidente do país sendo deposto, iniciam-se os problemas sociais. Com a eliminação das Forças Armadas do Haiti, os vários ex-soldados continuavam a manter a posse de armas, e por meio dela provocavam a desordem e a crueldade com a população (MENDONÇA, 2017). Com esse cenário, e tendo em vista o sucesso das atuações do Brasil em várias missões anteriores, o exército brasileiro conquista cada vez mais a confiança internacional. Desse modo um convite foi enviado para o Brasil para que o mesmo liderasse o

³ A primeira se refere ao envio de cinco brasileiro aos Balcãs e de um batalhão ao Suez (1947-1967). A segunda fase é marcada pela ausência de brasileiros em operações, devido ao regime militar (1968-1989). A terceira fase se deve ao retorno do Brasil em operações de paz com destino à Angola, Moçambique e Timor Leste (1990-1999). A quarta fase é definida como a mais importante da história da participação brasileira em operações de paz da ONU (2000-2017).

componente militar em 2004, no momento em que a MINUSTAH foi instituída (MENDONÇA, 2017).

Durante os 13 anos de missão, houve cinco fases distintas: Desdobramento, Pacificação, Consolidação, Pós-terremoto e Redução e retirada das tropas. A chegada da missão até à pacificação ocorreu entre 2004 e 2007. Nessa fase, a preocupação era voltada para a estabilização do país. A situação era de extrema insegurança, pois havia zonas inteiras comandadas por gangues. Sendo assim, há então a criação dos Pontos Fortes que garantiria a segurança por meio da presença de tropas de forma permanente ou por período limitado em locais específicos. Esses pontos conseguiram estabilizar o espaço e também contribuíram para uma melhor relação entre as tropas e a população local. O auxílio de serviços para a população local aumentou a confiança da população, colaborando para a eficácia operacional da missão. Os Pontos Fortes, e posteriormente, os centros multitarefas também vão ajudar no sentido de atender mulheres locais vítimas de violência doméstica, além de realizar partos de mulheres haitianas. Para isso, houve o treinamento de soldados e oficiais (GIANNINI; COSTA, 2017).

Já na fase da consolidação (2008-2009) teve um aumento no número de projetos de rápido impacto (QIPs) implementados pelo Brasil. Em alguns casos, os receptores de ajuda eram principalmente as mulheres. As ações planejadas entre a QIPs e a Unidade de Gênero da MINUSTAH eram limitadas nesse momento. Apesar do aumento de assuntos relacionados ao gênero, o Brasil ainda não tinha uma preocupação específica sobre a situação de mulheres locais ou até mesmo sobre a introdução de mulheres nos contingentes militares. As circunstâncias mudam na quarta fase, no Pós-Terremoto em 2010, período em que há escândalos de violência sexual no campo dos deslocados internos, e posteriormente uma maior interação com a Unidade de Gênero da MINUSTAH. As condições de instabilidades no país no pós-terremoto contribuíram para o aumento de violência cometido contra mulheres, mas por outro lado houve a intenção de enviar mais mulheres militares para desempenhar atividades juntamente com a população. E por fim, na última fase, observa-se o aumento do número de mulheres brasileiras militares no Haiti, no qual o último contingente contava com 2% de mulheres, ou 19 em um total de 950 militares. O encerramento definitivo da MINUSTAH acontece a partir de 15 de outubro de 2017 (GIANNINI; COSTA, 2017).

Antes de entrar no ponto principal do trabalho que se refere à participação das mulheres na missão de paz do Haiti, é necessário fazer algumas ressalvas acerca dos momentos de instabilidade e principalmente da violência contra as mulheres locais.

Entre os anos de 2008 e 2015, verificou-se um total de 75 casos de abuso e exploração sexual. Os casos que envolviam investigação e punição de militares ficariam sob a responsabilidade das tropas. Foi constatado também que não houve casos envolvendo militares brasileiros, no entanto não se pode ter absoluta certeza por um motivo: durante esse período o Brasil não concedeu autorização para que os militares saíssem da base durante os fins de semana (GIANNINI; COSTA, 2017).

Mais especificamente no caso do Haiti, a questão da violência contra as mulheres vem sempre acompanhada de violência sexual, sendo essa uma forma de arma de guerra. No pós-terremoto no ano de 2010, foram criados diversos campos de deslocados internos (IDP). Eram insalubres as condições nesses campos. Além de estarem passando fome, vivendo um momento de miséria e epidemias de cólera, começa-se também a multiplicação de casos envolvendo a violência sexual (GIANNINI, 2016).

Por conta desse fato do alastramento de crimes sexuais nos campos de deslocados internos, a MINUSTAH começa então a incluir as questões de gênero, principalmente após a inserção da agenda da ONU sobre Mulheres, Paz e Segurança (MPS) no mandato da missão. Algumas medidas são então, implementadas. Como exemplo, pode-se citar uma melhor organização interna nos campos (localização de banheiros e iluminação), aumento das patrulhas militares, além também do estabelecimento da Unidade de Gênero Móvel pela Polícia da ONU (GIANNINI; COSTA, 2017).

A grande participação de militares brasileiros homens na MINUSTAH foi um fato muito importante para o Brasil, no sentido de transmitir a Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas⁴, e não somente no país, mas dentro de todos os Estados Membros da ONU, no sentido de orientar todas as suas ações em torno da participação igualitária das mulheres nos processos envolvendo a prevenção, resolução de conflitos, bem como na manutenção da paz, principalmente devido aos impactos dos conflitos armados sobre as mulheres e meninas civis. E apesar de ter sido inicialmente apenas um planejamento, um

⁴ Para a Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, ver: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1325%282000%29

conjunto de fatores colaboraram para inserir as questões de gênero dentro dos batalhões brasileiros que fazem parte da MINUSTAH. Entre alguns desses fatores estão o de estabelecer Pontos Fortes no início da missão; o envolvimento com os Projetos de Impacto Rápido (QIPs), o terremoto; mudança de mandato; estabelecimento de campos de deslocados internos; e por fim, o envolvimento com a Unidade de Gênero da missão (GIANNINI; COSTA, 2017).

A agenda da ONU sobre Mulheres, Paz e Segurança (MPS), de 2000, destina-se para o importante papel da igualdade de gênero na promoção da paz. Além da Resolução 1325, a CSNU também adota outras resoluções, e promove guias, treinamentos e documentos de boas práticas para auxiliar na incorporação das perspectivas de gênero. Essas medidas buscam impulsionar a transversalização de gênero em todas as ações de organização, e também promover uma maior igualdade de gênero, ou seja, uma igualdade baseada na atuação de homens e mulheres em atividades voltadas à paz e segurança internacional (GIANNINI; COSTA, 2017).

Sendo assim, se inicia a abertura de vários processos para a implementação da agenda nos Estados-Membros da ONU, muito embora, ainda existam muitas dificuldades nesse processo, visto que é necessário a boa vontade dos Estados em querer implementá-la. Na MINUSTAH aconteceu da mesma forma (GIANNINI; COSTA, 2017). Assim, a participação brasileira da MINUSTAH não contava com uma preocupação ativa sobre questões de gênero, sendo que a atenção especial da missão era voltada para a estabilização do país (GIANNINI; COSTA, 2017). Ou seja, não havia inicialmente um cuidado para com as mulheres, e também não havia mulheres militares. O Brasil não investia em um melhor treinamento para as mulheres desempenharem as funções nas operações de paz.

Como visto, o Haiti passava por um momento de extrema insegurança, devido à dominação de grandes zonas por gangues. Por uma iniciativa de contingentes brasileiros, foi criado então os centros multitarefas, para uma melhor segurança das mulheres locais, embora a princípio esse não fosse um objetivo principal. Os Pontos Fortes tiveram como finalidade de manter a segurança por meio da presença das tropas em locais específicos. Com o passar do tempo, esses Pontos Fortes avançaram para atender centenas mulheres que foram vítimas de violência doméstica (GIANNINI; COSTA, 2017).

A violência sexual no pós-terremoto é uma continuação dos acontecimentos anteriores ao mesmo. Os antecedentes ao desastre no Haiti só colaboraram ainda mais para que a

violência contra a mulheres aumentasse, devido à grande instabilidade. A base dessa violência nada mais é do que a desigualdade de gênero existente, que dispõe a inferioridade da mulher.

De acordo com a Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança das Nações Unidas:

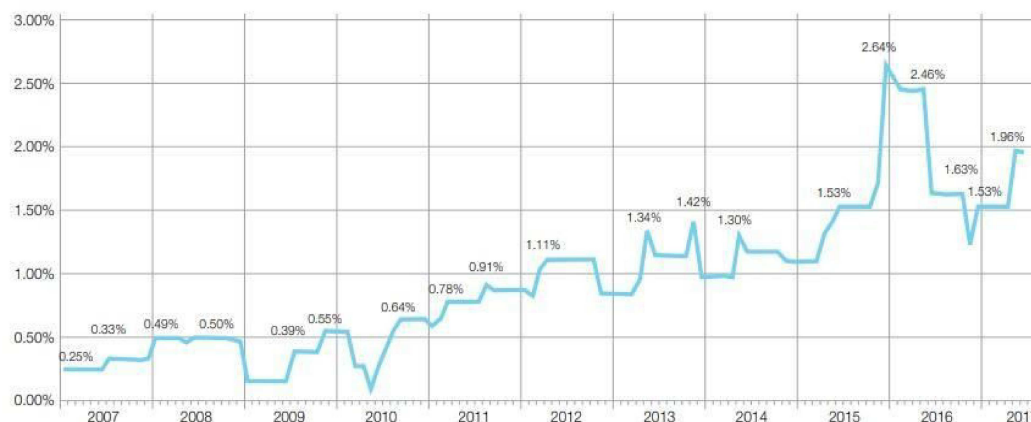
Tendo em atenção a necessidade de consolidar os dados sobre o impacto de um conflito armado sobre as mulheres e as jovens,

1. Apela com urgência aos Estados Membros para que assegurem uma representação cada vez maior de mulheres em todos os níveis de tomada de decisão nas instituições nacionais, regionais e internacionais, bem como nos mecanismos destinados à prevenção, gestão e resolução de conflitos;
2. Encoraja o Secretário Geral a implementar o seu plano estratégico de ação (A/49/587) que aponta para o aumento da participação das mulheres nos níveis de tomada de decisão na resolução de conflitos e nos processos de paz.

No momento do pós-terremoto, a missão começou a se envolver mais em proteger as mulheres. Com o aumento da ajuda por meio de QIPs, como por meio de ações mais diretas do batalhão brasileiro, aumentou também a intenção do envio de mais mulheres para ajudar nas atividades. O principal objetivo desse envio era o de proporcionar uma aproximação entre as mulheres militares brasileiras e as mulheres vítimas de violência. Essas mulheres militares poderiam ser bastantes eficiente ao fazer patrulhas (GIANNINI; COSTA, 2017).

De acordo com o gráfico abaixo, não havia participação das mulheres militares brasileiras até o ano de 2007 na missão de paz do Haiti. A partir desse período é que se começa a aumentar o número de mulheres, apesar de que esse ainda permanecesse inferior aos homens. Já no ano de 2015, o número aumenta: 36 mulheres em um contingente de 938, o equivalente a 2,63%. Já o último contingente brasileiro contou com 2% de mulheres (GIANNINI; COSTA, 2017).

Tabela 1. Mulheres militares brasileiras na MINUSTAH - 2007-2017(%)



Fonte: Ministério da Defesa (2007-2008); Departamento de Operações de Manutenção da Paz (2009-2017)

Ao todo, somente 124 mulheres estiveram presentes no Haiti. Entre essas mulheres, estiveram médicas, dentistas, enfermeiras, tradutoras e engenheiras. A maioria dessas mulheres pertenciam somente às áreas de saúde e administração (CARVALHO, 2016). Agora, falando agora sobre a Unidade de Gênero, essa se tornou na MINUSTAH uma unidade que teve como objetivo o de proporcionar a igualdade de gênero e a transversalização de gênero em todas as atividades da missão em questão. Além dessa preocupação de igualdade, essa Unidade também tinha como objetivo o de colocar fim à violência de gênero no Haiti, e buscar mais meios para abrir espaço para as mulheres no âmbito político, a fim de melhor inseri-las (GIANNINI; COSTA, 2017).

No ano de 2016, houve a criação do Women Work Committee, que era representado por mulheres militares de todas as Unidades militares da MINUSTAH. O estabelecimento desse comitê era justamente para o aperfeiçoamento do papel desempenhado por essas mulheres. Esse foi um fator muito importante para desenvolver atividades que aproximassem as mulheres militares e as mulheres civis, com vistas também para aumentar o diálogo dos assuntos voltados à agenda MPS. Desse modo, as questões de igualdade de gênero vão ganhando um maior espaço e importância nos contingentes brasileiros (GIANNINI; COSTA, 2017).

De modo geral, apesar do número menor da presença de mulheres militares brasileiras na MINUSTAH, nas duas últimas fases verifica-se um aumento dessa participação, e não somente isso, mas também se percebe uma busca constante em promover um maior contato entre essas mulheres militares e as mulheres civis. Entre outros resultados, nota-se que nas três primeiras fases da MINUSTAH, o contingente brasileiro não tinha uma preocupação com as questões de gênero, mas o mesmo entendia que situações de instabilidades gerariam impactos nos diferentes grupos de gênero.

A instauração dos QIPs na terceira fase proporcionam um maior contato com as mulheres haitiana, e juntamente com a Unidade de Gênero, conseguem reduzir a violência de gênero. Logo após o terremoto, buscou-se implementar medidas nas missões para proteger mulheres e meninas, que também gerou uma maior atenção sobre as perspectivas de gênero no Brasil (GIANNINI; COSTA, 2017).

A implantação da Unidade de Gênero foi de fundamental importância para as perspectivas de gênero nos contingentes militares. A busca pela transversalidade de gênero favoreceu a aproximação entre a população local e as militares brasileiras presentes (médicas, tradutoras, dentistas e enfermeiras). E, por último, os centros de treinamento conseguiram lograr êxito ao transmitir a agenda sobre Mulheres, Paz e Segurança (MPS) no Brasil e em outros países (GIANNINI; COSTA, 2017).

De acordo com Carvalho, uma maior participação e ajuda das mulheres nos contingentes auxiliaria em um melhor contato com as vítimas, além também de que essas mulheres poderiam servir como modelos de igualdade de gênero para as mulheres haitianas. Por outro lado, os problemas poderiam ser melhor lidados por meio de uma perspectiva feminina (CARVALHO, 2016).

Com base na resolução sobre Mulheres, Paz e Segurança, nota-se que a presença das mulheres no local não é só um direito delas de igualdade de gênero, mas serve de base também para as questões operacionais (precisa-se de mulheres para as revistas de rotina e um maior contato com mulheres vítimas de violência). A participação das mulheres uniformizadas também pode ser vista como um modelo de igualdade entre homens e mulheres (CARVALHO, 2016).

4. Análise do caso Brasileiro segundo as perspectivas de Gênero e Segurança

Fazendo-se então uma relação entre as perspectivas sobre Gênero e Segurança de Cynthia Enloe, e o caso brasileiro, tanto na questão de como o Exército lida com questões de gênero, como na participação das mulheres militares brasileiras na missão de paz no Haiti, muitas hipóteses precisam ser apresentadas. A princípio, fazendo uma análise com um olhar não muito crítico, nota-se os esforços que o Exército Brasileiro tenta demonstrar a todo o momento, e considerando o histórico da trajetória das mulheres, comprova o aumento do número de mulheres inseridas na Instituição, além de apresentar todos os progressos e medidas que vêm sendo executadas para uma melhor igualdade de gênero entre homens e mulheres. Mais recentemente, houve o rompimento dos limites impostos para as mulheres na Linha Militar Bélica, e essa ideia marcaria então um importante e significativo passo para a sociedade brasileira em geral.

No entanto, de acordo com o que Enloe coloca sobre as bases militares norte-americanas, dentro do Exército Brasileiro não seria diferente. Não se pode olhar essas Instituições apenas pela sua estrutura e administração. É preciso ir mais além. É preciso observar todos os princípios e as políticas que as sustentam, e é essa observação que envolve uma curiosidade sobre a vida das mulheres que possuem algum tipo de vínculo com essas instituições militares. Assim, em relação às mulheres entrevistadas pela revista Verde-Oliva do Exército Brasileiro, é possível perceber de modo geral que elas entendem que a questão da igualdade de gênero só pode ser alcançada pelos anos de estudo que elas tiveram, pelos seus preparos militares, ou seja, elas acreditam que tudo pode ser conquistado por meio de seus próprios méritos, ou mesmo a partir de um certo momento em que elas começam a ganhar credibilidade dentro das Instituição militar.

De certo, esse talvez deveria ser o princípio, alcançar funções pela própria competência, mas não é bem assim que tudo funciona. Analisar como as questões de masculinidades e feminilidades são moldadas dentro do Exército, leva a revelar como funcionam as ideias e os relacionamentos de gênero, ou seja, uma análise dessas pode tornar visível as variadas formas de poder. Voltando um pouco sobre a inserção das mulheres na Linha Militar Bélica, em um estudo feito pela pesquisadora Renata Giannini, a mesma destaca que essa entrada não reflete em uma ideia de que as igualdades de gênero serão realmente estabelecidas.

Primeiramente, deve-se considerar que esse ingresso somente se tornou possível devido à lei nº12.705, sancionada em 2012 por Dilma Rousseff, que concede permissão para que militares do sexo feminino possam atuar como combatentes do Exército Brasileiro (VICTAL, 2016). No entanto, pela análise de Giannini, as mulheres que entraram para a tradicional Academia das Agulhas Negras (AMAN) não possuem autorização para atuarem em missões de cavalaria, e não poderão ter acesso às atividades da tropa. Sendo assim, mesmo inseridas na formação para a linha de combate do Exército, as mulheres somente vão operar em áreas de apoio ao combate (material bélico e administrativas). Em suas entrevistas, a pesquisadora ainda destaca que nessas escolas de formação é comum ouvir que o âmbito militar não é um lugar para mulheres, e essas ideias conservadoras estão presentes em vários postos hierárquicos masculinos. A maioria deles atribui à mulher o papel de cuidadoras da família (BIANCONI, 2017).

Relacionando com a teoria de Enloe, a mesma destaca que geralmente são aqueles que estão em postos mais altos que na maioria das vezes são os responsáveis por uma masculinidade, ou seja, eles tendem a moldar os soldados, principalmente para o combate militar. Essa forma de moldagem se refere ao uso qualificado da violência, além dos soldados serem forçados a terem disciplina e estar isentos de emoções. Essa forma de masculinidade militarizada também não é universal, e depende de cada país quanto à sua forma de servir em combates, e até mesmo em manutenções da paz internacional e missões humanitárias.

Essas estruturas fazem uma hiper-masculinização do homem: precisa ser forte, violento, quase que desumanizado. Para eles serem masculinizados, eles precisam passar por uma doutrina que trata a mulher como fraca, e isso os fazem tratarem a mulher como um objeto. A estrutura machista incide sobre ambos os lados, na mulher inferiorizando-a, e sobre o homem, masculinizando-o.

Algumas das mulheres citadas na edição especial da revista do Exército Brasileiro reconhecem as diversas situações de perigo que passaram, e em sua maioria, elas nunca comentaram essas questões com nenhum de seus familiares. Pode-se perceber com esses relatos que essas mulheres ainda têm medo de sofrer represálias, ou até mesmo ter a sua carreira militar interrompida. Para Enloe, as mulheres militares precisam se atentar sobre as formas de masculinidades que são estabelecidas nas instituições e nas bases militares, pois as normas de masculinidades militarizadas são realizadas para alcançar um determinado objetivo, e este depende do tipo de operação, seja ela doméstica ou estrangeira. Então, ter uma compreensão sobre o assunto, pode ajudar a tornar a vida dessas mulheres um pouco mais seguras.

As relações de poder estão tão camufladas, que quase não se percebe, fazendo muitas dessas mulheres acreditarem que o problema não está no sexo feminino, mas sim nas funções que as mesmas exercem dentro do Exército Brasileiro. Falando sobre algumas mudanças nas normas da Instituição sobre a introdução da mulher na Linha bélica, Enloe diria que de fato, pode ser que o Exército tenha boas intenções ao tratar sobre as questões de gênero, porém não há como ter absoluta certeza de que essas mudanças podem tornar a instituição menos patriarcal, pois ao impor parâmetros igualitários de condição física ou até mesmo quando envolve a questão da vaidade feminina, só demonstra que o Exército ainda tem uma visão de que a mulher é frágil (tanto fisicamente quanto emocionalmente falando), e que ao adquirir

características masculinas, as mulheres podem ser vistas com mais respeito e mais seriedade pelos colegas militares do sexo masculino.

Então, a igualdade de gênero não é atingida pela competência que as mulheres possuem, mas sim pelas dinâmicas que são moldadas pelas Instituições militares, tornando a mulher semelhante ao homem, mas por outro lado, acabam também reforçando a sua fragilidade, impondo grandes exigências sobre elas.

Como colocado por Enloe, as mulheres são minorias nas bases militares, e no Brasil isso não acontece de forma diferente. O percentual de mulheres e da função que elas assumem é muito baixo. Para a autora, os Ministérios de Defesa vão ajustando a inserção das mulheres a partir do momento em que elas vão ganhando espaço, e mesmo que esse número de mulheres aumente, esses ministérios não possibilitam que fique explícito que as questões de masculinidades vão acabar sendo prejudicadas por conta desse fato.

Dessa forma, como visto, o Exército Brasileiro compartilha com a forma de masculinidade militarizada, sugerida pelo estudo da Enloe. Essa instituição ainda enxerga que nesse campo não há espaço para mulheres, tendo como base o argumento de serem fisicamente mais fracas, além também da valorização do papel tradicional da mulher como esposas e mães a serem protegidas.

Agora já entrando na parte da missão de paz no Haiti, pode-se perceber que de início, o Brasil não tinha nenhuma preocupação sobre os assuntos envolvendo gênero. Não havia nenhuma atenção voltada nem para as mulheres civis, e muito menos para as mulheres militares. Assim, os momentos de instabilidades proporcionaram uma maior facilidade aos ataques sexuais contra as mulheres haitianas. Os 75 casos que vieram à tona foram causados por militares. Não houve relatos sobre militares brasileiros, mas não se pode ter certeza sobre isso pelas poucas informações disponíveis. É nessa questão que entra os pressupostos colocados por Enloe. Ela cita que durante missões de manutenção de paz, muitas vezes os soldados, para provarem as suas masculinidades, e também responder às insinuações homofóbicas dos colegas, acabam cometendo crimes de abusos sexuais. Esse tipo de atitude colabora na manutenção das relações de poder que existem entre os militares e a sociedade, que na verdade deveria estar sendo protegida.

Mesmo com o envio de mais mulheres para auxiliar nas atividades de manutenção da paz no Haiti, como sugestão da Resolução 1325, o Brasil parece ter relutado um pouco para implementá-la de fato. Até o término da missão, poucas mulheres realmente foram enviadas, e

além disso, o país não demonstrou muitos esforços para melhorar o treinamento das mulheres militares. Outro ponto que merece destaque é o de que mesmo com a pouca participação feminina, alguns avanços ocorreram, pois a presença feminina da mulher militar serve de modelo de igualdade de gênero para muitas outras mulheres.

Fazendo uma análise de modo geral, tanto nos assuntos internos do Exército Brasileiro, quanto na missão de paz no Haiti, há pouca voz das mulheres que estão envolvidas com as bases militares de alguma forma. Conforme Enloe, é preciso saber como as mulheres militares conseguiram chegar até essas bases, ou até mesmo o que elas pensam sobre estarem inseridas nesse âmbito. Quando questionadas, muitas apenas ressaltam a parte nobre das atividades do Exército, mesmo com todas as dificuldades em que as mesmas se encontram. Então ao mesmo tempo em que é necessário entender como essas mulheres militares sentem orgulho e patriotismo, também é necessário fazer uma investigação mais profunda para verificar de fato, quais as barreiras ainda são impostas para que essas mulheres realmente desempenhem mais funções no Exército, e também colabore mais nas operações de manutenção da paz.

Talvez, como citado na obra *“Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics”*, a dificuldade de inserção das mulheres no Exército Brasileiro e a sua pouca participação em missões internacionais, pode ser algo relacionado com o incômodo que muitos homens militares demonstram com o avanço das mulheres em diversas funções.

Apesar de que não houve relatos sobre violência sexual cometida contra mulheres militares durante a atuação da MINUSTAH, é necessário destacar que, como colocado por Enloe, há sim uma ligação entre as violências cometidas por homens contra as mulheres do Exército e contra as mulheres civis, pois quando se sentem ameaçados, seja pela tentativa de provar a sua masculinidade, ou seja pela frustração em ver mais mulheres ganhando um maior espaço no âmbito militar, os homens militares começam a cometer atos de violência contra as mesmas.

Um estudo feito pela Divisão para o Avanço da Mulher (DAW, em inglês), demonstra como a participação das mulheres pode ser um elemento-chave para o sucesso das missões de operação de paz. Esse estudo destaca que uma grande quantidade de mulheres em missões leva à uma mobilização das mulheres locais de forma positiva; a participação das mulheres contribui para uma melhor estabilização, sem precisar recorrer ao uso da força; a presença das mulheres incentiva a confiança entre a população local; as mulheres são boas ouvintes e

negociadores, e podem propor soluções mais construtivas à base do diálogo; a mulher pode também aceitar mais facilmente os desafios de trabalhar em áreas mais perigosas (REBELO, 2013)

O Departamento de Operações de Paz (DPKO) da ONU argumenta que a presença feminina ajuda a reduzir conflitos; dão um melhor apoio às mulheres locais, como já falado anteriormente, especialmente em ocasiões em que os homens não podem dialogar com pessoas do sexo feminino; propicia o empoderamento da mulher no local; contribuem para criar ambientes mais seguros e menos violentos; reforça também o comprometimento da ONU com as diversidades e igualdade de gênero; além de colaborar para inspirar mulheres e meninas (REBELO, 2013).

Todos esses estudos que argumentam em favor das questões de gênero, também poderiam ser aplicados dentro do Exército Brasileiro, no sentido de treinar mais mulheres para que elas sejam enviadas para participarem de operações de paz.

Para finalizar esse tópico, o discurso que Thorbjorn Jagland realizou durante a divulgação do Prêmio Nobel da Paz em 2011 pode ser colocado nesse sentido. Ele ressalta que “[...] nós não conseguiremos alcançar a democracia e a paz duradoura no mundo a menos que as mulheres tenham as mesmas oportunidades que os homens para influenciar o desenvolvimento em todos os níveis da sociedade.”

As operações comandadas por mulheres poderiam ser bem-sucedidas, como já existem exemplos na história. A América Latina conta com 20 países que permitem que as mulheres tenham acesso em qualquer tipo de atividade das Forças Armadas em geral (GIANNINI, FOLLY, LIMA, 2017). Além de que também uma maior participação dessas mulheres melhoraria o profissionalismo do Exército.

5. Considerações Finais

Ao fim deste trabalho, é possível inferir que as problemáticas apresentadas sobre a forma pela qual o Exército Brasileiro lida com questões de gênero, e sobre a participação de mais mulheres em missões internacionais, relacionam-se e se complementam. As poucas mulheres que foram enviadas para participarem em operações de paz no Haiti, em sua maioria são mulheres que trabalham em áreas como as de saúde e administração, e as mesmas tiveram pouco contato com a população.

A reduzida presença feminina nas atividades militares e o seu contato com as mulheres locais retrata muito a dificuldade de inserção das mesmas no Exército Brasileiro, além da restrição de algumas funções. Essas mulheres possuem pouca oportunidade de inclusão e são limitadas a desempenharem certas atividades. Mesmo após a implementação das políticas de gênero presentes na Resolução 1325, além também do reconhecimento da importância da agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS) da ONU, ainda existem muitas barreiras e obstáculos a serem enfrentados.

No caso do Brasil, faz-se necessário que o mesmo aprimore as suas políticas, tendo em vista o objetivo de uma melhor integração das mulheres no Exército Brasileiro. Além disso, também precisa ser investigado as limitações que são estabelecidas às mulheres, a fim de que as mesmas possam ter uma participação mais efetiva nas operações de manutenção de paz. Para isso, é fundamental que haja um amadurecimento, e também mais esforços da própria instituição militar, para que a mesma consiga tratar de forma melhor sobre o tema gênero.

Discutir as barreiras ideológicas e culturais que incidem sobre a plena atuação das mulheres operações de manutenção da paz, é também fazer uma revisão sobre as próprias normas que regem o Exército Brasileiro. Ademais, não é somente o número de mulheres participando em missões de paz internacionais que se deve aumentar, ou seja, não é somente uma questão de treinar mais mulheres para enviá-las à uma missão. Essas mulheres devem participar de todos os momentos dos processos de construção e manutenção da paz, atuando em todas as funções, especialmente no comando dessas operações. E, enquanto isso não acontece, as pesquisas sobre gênero e segurança continuam sendo difíceis de serem realizadas, devido à falta de documentos e relatórios que tratam de fato sobre a participação feminina nessas operações de paz. Questionar onde estão as mulheres e fazer uma investigação mais profunda sobre a vida delas é uma forma de tornar útil o sentido feminista na Política Internacional.

Referências:

BIANCONI, Giulliana. **Linha de frente: lugar a ser ocupado por elas**. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/linha-de-frente-lugar-ser-ocupado-por-elas/#materia6>>. Acesso em 13 de Novembro de 2018.

CAMPOS, Paula Drumond Rangel. **Gênero ou Feminismo? As Nações Unidas e as Políticas de Gênero nas Operações de Paz**. Brasília: IPEA, 2012.

CARVALHO, Laís de Oliveira. **A experiência brasileira em questões de gênero na Minustah: Uma reflexão sobre a participação feminina no processo de construção e manutenção da paz**. Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS, 2016.

VERDE-OLIVA. **A trajetória da mulher no Exército Brasileiro**. Brasília-DF, ano XLIV, nº237, Julho 2017. Disponível em: < <https://pt.calameo.com/read/001238206993ef61f042e>>. Acesso em 23 de Outubro de 2018.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics**. Berkeley: University of California Press, 2014. 2ª Edição.

FRANCO, Marina; STOCHERO, Tahiane. **Missão de paz no Haiti: veja altos e baixos nos 13 anos de presença militar brasileira**. Disponível em: < <https://g1.globo.com/mundo/noticia/missao-de-paz-no-haiti-veja-altos-e-baixos-nos-13-anos-de-presenca-militar-brasileira.ghtml>>. Acesso em 23 de Outubro de 2018.

GIANNINI, Renata Avelar; COSTA, Mara Ferreira da. **A incorporação de uma perspectiva de gênero pelo Brasil na MINUSTAH**. In: A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Instituto Igarapé, 2018.

GIANNINI, Renata Avelar; FOLLY Maiara; LIMA, Marina Fonseca. **Situações Extraordinárias: a entrada de mulheres na linha de frente das Forças Armadas Brasileiras**. Instituto Igarapé, 2017.

GIANNINI, Renata Avelar. **Da Política à Implementação: preenchendo as lacunas para a promoção de uma abordagem de gênero no Haiti**. In: Hamann, E. P. (Org.). Brasil e Haiti: reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016. Instituto Igarapé, 2018.

HAMANN, Eduarda. **O Brasil e as operações de paz da ONU**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/internacional/o-brasil-e-as-operacoes-de-paz-da-onu-207.html>>. Acesso em 14 de Novembro de 2018.

HAMANN, Eduarda; TEIXEIRA, Carlos Augusto. **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**. Instituto Igarapé. Edição Especial - Coletânea de artigos, 2017.

LAMBERT, Nádya. **Mulheres representam somente 7,6% das Forças Armadas no Brasil.** Disponível em:
<https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/04/10/interna_politica,861034/mulheres-representam-somente-7-6-das-forcas-armadas-no-brasil.shtml>. Acesso em 05 de Novembro de 2018.

MATHIAS, Suzeley Kalil (Org.) **Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas.** São Paulo: UNESP; Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2009.

MENDONÇA, Marcos Venicio. **Brasil no Haiti, um caso de sucesso: uma análise da missão brasileira no Haiti.** In: A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Instituto Igarapé, 2017.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Missões de Paz.** Disponível em:
<<https://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz>>. Acesso em 14 de Novembro de 2018.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Forças Armadas e Estado-Maior Conjunto.** Disponível em:
<<http://www.defesa.gov.br/forças-armadas>>. Acesso em 23 de Outubro de 2018.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **A ONU, a paz e a segurança.** Disponível em:
<<https://nacoesunidas.org/acao/paz-e-seguranca/>>. Acesso em 12 de Dezembro de 2018.

PASSOS, Carla Christina. **Relações de gênero na caserna: Significados dos sujeitos militares no exército brasileiro.** Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador - BA, 2013.

REBELO, Rocha Thamyra. **O equilíbrio de gênero nas operações de paz: avanços e desafios.** Universidade de São Paulo. In: Estudos Feministas, Florianópolis, setembro-dezembro/2013

Resolution 1325 (2000). Disponível em:
<http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1325%282000%29>. Acesso em 05 de Novembro de 2018.

VITA, Jonathan Barros; DIAS, Renato Duro. **Gênero, Sexualidades e Direito II.** XXVI Congresso Nacional do Conpedi São Luís – MA, 2017.

VICTAL, Renata. **Mulheres ingressam pela 1ª vez como cadete e podem se tornar general.** Disponível em:
<<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/concursos-e-emprego/noticia/2016/05/exercito-se-adapta-para-receber-mulheres-em-carreira-para-general.html>>. Acesso em 14 de Novembro de 2018.